

O BLOCO EM LUTA PELA VALORIZAÇÃO DAS PENSÕES E REFORMAS!

ESTE BOLETIM TAMBÉM SUMARIA A REUNIÃO DE 8 DE JANEIRO, LISBOA

REUNIÃO DE 8 DE JANEIRO Participaram 10 ativistas.

Análise política - Sobre a situação política nacional, debateu-se: (1) O papel das sondagens nas eleições como forma de manipulação do sentido de voto; (2) O SNS e as situações extremas que têm ocorrido, sem uma resposta forte de reação popular contra a ministra; o BE devia criar um movimento pela saúde e pela demissão da ministra; (3) Campanha da Catarina Martins tem sido muito boa, foi reforçada a ideia da necessidade de ir aos concelhos mais populosos.

Sobre a situação política internacional, debateu-se: (1) A intervenção na Venezuela, as conivências internas, a subordinação sendo indiferente quem é governo, a política do mais forte, as cumplicidades entre Trump/Putin, o fim da Nato e a segurança da Europa; (2) A 3ª guerra mundial já se está desenrolar, é esta guerra permanente; a extrema direita é guerra contra os mais pobres.

INFORMAÇÕES Foram dadas as seguintes informações:

A - DO BLOCO DE ESQUERDA

- Não se realizou a reunião mensal de dezembro do grupo +60 por dificuldades de acesso ao link online, dificuldades entretanto já resolvidas.
- Foram dadas informações sobre iniciativas de campanha da Catarina em Sintra, Amadora, Baixa da Banheira, Viana do castelo pelos camaradas presentes.
- Sobre a reunião prevista do grupo +60 com o coordenador do Bloco, JM Pureza, e com a camarada Isabel Pires, foram referidas as novas datas, tendo sido escluido pela maioria o dia 22 de janeiro, às 20h30.

ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2026 – ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS - A camarada Deolinda Martin referiu as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda para o orçamento de estado de 2026, no âmbito da nossa temática, em que nenhuma foi aprovada, e fez uma apreciação geral sobre esse orçamento de estado, mostrando que a opção política foi a de fazer cortes no Estado Social e aumentar o orçamento da Defesa.

- Ver no fim do Boletim a análise feita * que serviu de base à reflexão deste ponto da O.T..

PRÓXIMA REUNIÃO:

LISBOA | QUINTA, 12 DE FEVEREIRO, 14H45



ALTERAÇÕES - A moção aprovada na Convenção aponta para um partido menos centralista e com maior cultura militante, assente numa forma de organização interna com grupos locais, temáticos e sectoriais, vistos como uma forma de integração, formação e intervenção a partir do Bloco, e numa organização virada para fora, comprometida com a sociedade.

- Na reunião prevista com o coordenador do Bloco iremos principalmente ouvir as propostas da direção, referir as iniciativas recentes do grupo e linhas de trabalho futuro.

OUTROS ASSUNTOS - Foram levantadas questões críticas quer sobre a ADSE, equiparando-a um seguro privado, quer sobre o CSI, como uma prestação muito insuficiente. Serão questões a retomar noutra reunião.

JÁ DEPOIS DA REUNIÃO... - Dias 19 de janeiro (online) e dia 31 de janeiro (presencial), realizaram-se Mesas Nacionais, estiveram presentes 2 elementos da coordenação, no dia 31 de janeiro a camarada Deolinda Martin fez uma intervenção. Pode-se consultar as resoluções aprovadas respetivamente aqui <https://bloco.org/documentos/mesa-nacional/mesa-nacional-reuniu-19-janeiro> e aqui <https://bloco.org/documentos/mesa-nacional/mesa-nacional-reuniu-31-janeiro>.

- Dia 22 de janeiro, realizou-se a reunião (online) previamente agendada entre o coordenador do Bloco, JM Pureza, a camarada Isabel Pires e o grupo +60, com a presença de 10 elementos do grupo e em que foram apresentadas as prioridades de atuação e intervenção do grupo, no contexto de reorganização e mobilização do partido.

A PRÓXIMA REUNIÃO: A próxima reunião será no dia 12 de fevereiro (5ªfeira), realizar-se-á presencialmente na Sede DIA 12 FEVEREIRO, ÀS Nacional e online. Será utilizado o link:

14H45 <https://us02web.zoom.us/j/89500048494?pwd=nMn2S4Q9nbqHTBgIDW7D4tn0FuB-j8c1>

Proposta de ordem de trabalhos:

- 1. Análise Política**
- 2. Informações**
- 3. Propostas de iniciativas do grupo para o ano corrente- defesa da segurança social pública uma prioridade**
- 4. Outros assuntos.**

A Coordenação

Berta Alves

Deolinda Martin

Jaime Mestre

PRÓXIMA REUNIÃO:

**NÃO
ESQUEÇAS:**

LISBOA | QUINTA, 12 DE FEVEREIRO, 14H45

O nosso olhar para o Orçamento de Estado 2026

Este orçamento de estado foi fortemente influenciado pela dívida contraída pela EU para a NATO destinada à compra de armamento, o que levou à opção política, de sobretudo, escolher fazer cortes no Estado Social. Tudo para que Portugal se financie para custear a guerra!

Exemplo desta constatação são:

- O corte de 887 Milhões de Euros na aquisição de bens e serviços do SNS;
- Corte de 2421 Milhões de Euros no investimento previsto em áreas como as infraestruturas, habitação, Saúde, Educação, Ensino Superior e Segurança Interna!
- A Educação só recebe a mais 1% e a Saúde 2,6%

Será que a situação social é tão estável que permite a um governo, num momento em que se adensa no horizonte a nuvem de crise quer internacional quer nacional, escolher diminuir despesa em áreas sociais que ainda recentemente, na pandemia, serviram de almofada para atenuar os efeitos devastadoras que se verificariam se ela não existisse?

Não foi assim, e nisto tudo o Orçamento da Defesa sobe 61!!!

A realidade é a de que, também no contexto internacional, a situação é de grande instabilidade, quando internamente o país tem imensas fragilidades!

O Governo ao assumir compromissos com Bruxelas, assumiu em simultâneo, consequências enormes para o país, quer para as atuais gerações quer para as futuras: o Empréstimo de 140000 Milhões de Euros para financiar a guerra na Ucrânia tem impacto direto na vida dos portugueses, no crescimento económico bem como no desenvolvimento do país, ainda a viver as consequências das sanções à Rússia, sendo que a mais forte advém da troca de fornecimento de energia da Rússia pelo dos EUA muito mais cara!

Vocês dirão, que é que isso tem a ver connosco?

Passo a explicar: Portugal exporta bastante para a Alemanha, que se encontra em crise profunda porque a sua indústria dependia da energia russa muito mais barata, isto determinará que a procura externa em relação aos produtos portugueses venha a diminuir, provocando o adiamento da procura de investimentos, maior risco para o crédito/ prazos de pagamento com efeitos negativos no PIB e na produtividade total! Claro que as consequências sociais advirão: teremos inflação elevada, assistiremos ao agravamento das desigualdades, o país perderá competitividade em vários subsetores da indústria, arriscaremos o aumento do desemprego, aumento de contratos de trabalho temporários!

Já se sente um crescimento anémico: em 2024 foi de 1,9% e em 2025 está em tendência decrescente. As exportações, segundo o INE estão em queda, situação de grande gravidade, dada a vulnerabilidade da economia portuguesa muito dependente do comércio externo!

Entretanto na UE, decorrente da imposição por Trump, de taxas às exportações de 25% de tarifa, exceto no aço e no alumínio, que têm tarifas de 50%, tendo como contrapartida uma taxa zero às exportações dos EUA para a EU, agrava todo o cenário que anteriormente fui descrevendo.

PRÓXIMA REUNIÃO:

**NÃO
ESQUEÇAS:**

LISBOA | QUINTA, 12 DE FEVEREIRO, 14H45

Assim, o orçamento de Estado que deveria acautelar e propor medidas que atenuassem os efeitos destas políticas no país, garantindo uma almofada que respondesse a situações de grande vulnerabilidade social, traduziu-se em cortes no Estado Social para se desviar dinheiro para a Defesa!

Na Saúde, o investimento passa: 2025 - 852 Milhões de Euros, 2026 - 546 Milhões de Euros.

Há investimentos que constavam do OE de 2025, no valor de 5916 Milhões de Euros, mas apenas foram investidos 3776 Milhões de Euros.

A Educação, a Saúde, a Habitação, o Ensino Superior e a Segurança Interna sofrem um corte de 524 Milhões de Euros!

E, finalmente, quanto a nós pensionistas, que se passará?

Têm sido noticiadas manobras na Segurança Social para privatizarem uma parte da mesma, desviando uma parcela das pensões para fundos privados o que, a nosso ver, colocará em risco a sua sustentabilidade!

Teremos de acompanhar, com mobilização social, que envolva os trabalhadores no ativo, também, lutar para que o que é património nosso não seja entregue à predação de especuladores financeiros! Não poderemos deixar que metam as mãos nas nossas pensões!

A 17 de Outubro foi aprovado na Assembleia da República o Estatuto do Idoso, ainda não responde ao Serviço Nacional de Cuidados que cada vez mais se revela a resposta social estruturada para a velhice em Portugal.

O governo fazendo letra morta da lei, continua a escolher o caminho do aprofundamento da pobreza na velhice:

- As pensões mais baixas serão atualizadas em 2,8% (só as que têm um valor até 1074 Euros) mínimo de 9,29 Euros,
- As de valor de 1074,26 a 3.222,78 terão um aumento de 2,27%, mínimo de 30,08,
- As de 3222,78 a 6444,56 será de 2,02%, mínimo de 73,16!

Não está previsto um aumento extraordinário permanente, apenas a possibilidade de um suplemento que dependerá da execução orçamental. O CSI aumenta no valor de 40 Euros, ficando com o valor de 670,67.

Em síntese, de facto entre 2016 e 2024 as pensões mais baixas só subiram, segundo o Banco de Portugal, 0,7%, e as acima estão em perda real que vai de 2,8% a 4,9%, permitindo concluir que os pensionistas e reformados portugueses estão com perda real de poder de compra e que os aumentos não conseguem a verdadeira atualização nas mesmas.

Exige-se a Revisão da Lei 53-B/2006 retirando nela a referência ao PIB e garantindo assim, que nenhuma pensão seja atualizada abaixo da taxa de inflação!

Todas as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda para o orçamento de estado de 2026, que iam no sentido de uma aumento permanente das pensões, foram recusadas! **0**

PRÓXIMA REUNIÃO:**NÃO
ESQUEÇAS:****LISBOA | QUINTA, 12 DE FEVEREIRO, 14H45**

NOTÍCIAS QUE NÃO PODEMOS IGNORAR**Reprogramação do PRR corta financiamento de respostas sociais essenciais para os mais idosos.**

- Em Novembro de 2025, Catarina Martins denunciava a desistência do governo de cerca de 300 milhões no PRR fundamentais para 14 mil vagas em creches, centros de dia, lares de idosos e centros para pessoas com deficiência, o novo Hospital Oriental de Lisboa, 18 novos centros de saúde, mais de 3500 camas de cuidados continuados e paliativos e a linha violeta do Metro, sem indicar onde e quando iria buscar financiamento alternativo (<https://www.instagram.com/p/DQr74pVis2Q/>)

Recentemente voltou a ser notícia pelas declarações do Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, na Assembleia da República, explicitando em relação à dimensão da redução “ que o plano previa inicialmente cerca de 42 mil lugares nas respostas sociais financiadas pelo PRR, número que foi revisto para 28 mil, o que representa uma diminuição significativa da ambição face ao desenho inicial. No caso específico dos cuidados continuados, referiu ainda uma redução de cerca de 3500 lugares.” (<https://expresso.pt/economia/fundos-europeus/2026-01-28-prr-reduziu-investimento-em-cuidados-continuados-lares-e-creches-sem-financiamento-alternativo-pais-perde-capacidade-de-resposta-social-73ca0a53>)